



**NOTA TÉCNICA**  
**Plano de Atendimento Integrado “Novas Áreas”**

Janeiro/2018



FUNDAÇÃO  
**renova**

## SUMÁRIO

1. Introdução .....	3
2. Delimitando as “Novas Áreas” .....	4
3. Premissas .....	7
4. Dos Impactos e Diretrizes .....	9
Território e Impacto .....	12
5. Plano de Atendimento Integrado .....	14
6. Cronograma .....	20
7. Conformidade .....	22

## 1. Introdução

A Fundação Renova, em resposta às Deliberações CIF nº 58 de 31/03/2017, nº 93 de 04/08/2017 e nº 141 de 14/12/2017 trabalha para a prestação de atendimento integrado às comunidades pertencentes às “novas áreas” incluídas pela primeira deliberação. Nos meses que se seguiram às deliberações, o Programa de Levantamento e de Cadastro dos Impactados e o Programa de Proteção Social atuaram, respectivamente, no cadastramento e devolutiva individual aos impactados, bem como em tratativas com o governo do estado do Espírito Santo e os municípios impactados<sup>1</sup> para identificação, mapeamento e construção de estratégias frente às vulnerabilidades das famílias e comunidades impactadas.

No propósito de assegurar os direitos dos impactados e informar a Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial (CTOS) e o Comitê Interfederativo sobre o andamento e planejamento do atendimento aos impactados das referidas áreas é que por este instrumento técnico a Fundação Renova formaliza seu Plano de Atendimento Integrado das Novas Áreas.

O Plano de Atendimento apresenta os programas que atuam na região, assim como os que estão em fase de planejamento para entrada,

---

<sup>1</sup> Reunião de articulação na Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social do Espírito Santo com o governo do estado e representantes das administrações municipais de São Mateus, Serra e Fundão da área de assistência social. Realizada no dia 30 de novembro para entrega de mapa de vulnerabilidade dos impactados aos municípios, matriz de ação integrada e definição dos próximos passos.

bem como seus escopos e próximos passos. Desde setembro de 2017, quando o Cadastro Integrado foi finalizado nessa região, a Fundação Renova vinha informando a CTOS da construção deste Plano, fez menção dele nas duas últimas reuniões dessa câmara técnica e dispunha de uma apresentação para ser feita na 18ª Reunião Ordinária da CTOS, ocorrida no último dia 06 de novembro, em Brasília. Na impossibilidade de pauta para a referida apresentação, a Câmara Técnica decidiu por solicitar que a encaminhássemos na forma de Ofício, do qual está nota é anexa.

## **2. Delimitando as “Novas Áreas”**

A deliberação 58 de 31 de março de 2017 em verdade delimita ao sul e ao norte as “áreas estuarianas, costeiras e marinhas impactadas” do ponto de vista da dinâmica socioeconômica. Tendo seu limite mais ao sul a comunidade de Nova Almeida e ao norte o município de Conceição da Barra como fronteira, todo este perímetro inclui um total de 41 comunidades impactadas, todavia nem todas são propriamente “novas”, ou seja, ausentes de ações de mitigação e reparação da Fundação Renova no sentido de assegurar direitos aos impactados.

Das comunidades que perfazem o perímetro da área indicada pela deliberação 58, um total de 30 em que houve manifestação pode cadastro já eram atendidas por ações da Fundação Renova com o cadastramento ou com ações mitigação ou reparação, outras 11 foram incluídas na campanha de cadastramento e até setembro de 2017 e a partir de novembro passaram a ser atendidas por outros programas como do de Proteção Social, mencionado acima e o cadastro que será discutido abaixo.

Com base nos dados de cadastramento realizado nas campanhas 1 e 2, lotes de 1 a 19, o total de cadastros nos municípios que são mencionados nas “novas áreas” são de 4313, perfazendo um total de 3977 propriedades com famílias residentes, 4471 núcleos familiares constituídos e mais de 13100 pessoas. Deste total, 89,7% já haviam sido cadastrados em tempo anterior ao indicados pela deliberação 58. Este contingente significava um total de 3994 famílias e 11665 pessoas atendidas. Os os demais eram 413 núcleos familiares, 1252 pessoas registradas em 389 cadastros, estes últimos compondo 10,3% do total das “novas áreas”.

Quando tratamos de “novas áreas”, não estamos nos referido a uma território ausente de ações, mas a um contingente de pouco mais de 10% dos cadastros e pouco menos de 10% pessoas e famílias fundamentalmente concentradas em São Mateus, algo como 96,1% de todos os cadastros do lote 19 até 30 de novembro de 2017.

A partir dos dados expostos a delimitação que estabelecemos neste documento como compreendendo as novas áreas são as 11 comunidades de: Barra Nova, Barra Nova Norte, Barra Nova Sul, Campo Grande, Ferrugem, Gameleira, Nativo, Nova Almeida, Portal de Santa Cruz, São Miguel e Sítio da Ponta.

Na tabela 1 são apresentadas o total de cadastros por comunidade, bem como o total já atendido e o total a atender.

<b>Comunidades</b>	<b>Total</b>
Água Limpa	1
Alex Muller	1
Aroeira	1
Barra do Riacho	1090

<b>Comunidades</b>	<b>Total</b>
Barra do Sahy	106
<b>Barra Nova</b>	202
<b>Barra Nova Norte</b>	5
<b>Barra Nova Sul</b>	3
Barra Seca	92
Bom Jesus	2
Bonsucesso	1
<b>Campo Grande</b>	109
Caramuru de Baixo	1
Centro de São Mateus	2
Degredo	104
Fazenda Santa Maria	1
<b>Ferrugem</b>	18
<b>Gameleira</b>	7
Guriri	11
Ilha Preta	10
Itaparica	27
Mar Azul	21
Mariricu	4
<b>Nativo</b>	6
<b>Nova Almeida</b>	5
Parque da Gaivotas	1
Pedra D'Água	5
Pontal do Ipiranga	169
Portal de Santa Cruz	1
Povoação	995
Regência	619
Rio Preto	2
Santa Cruz	286
São Mateus	1
<b>São Miguel</b>	29
Sernamby	1

<b>Comunidades</b>	<b>Total</b>
Sítio da Ponta	4
Urussuquara	28
Vargem Grande	1
Vila do Riacho	332
Zona Rural - São Mateus	6
<b>Total</b>	<b>4310</b>

Como fica demonstrado o que vem sendo chamados de “novas áreas” são em verdade uma delimitação mais precisa das áreas estuarianas, costeiras e marinhas de impacto socioeconômico, não significando ausência de ação da Fundação Renova, mas substancialmente delimitação com mais precisão comunidades impactadas que até a emissão da deliberação 58 não haviam sido cadastradas. Portanto, fica patente que estas comunidades são parte e não o todo de diversos municípios com atendimento da Fundação Renova, este marco oferece mais segurança jurídica e administrativa para a Fundação Renova atuar na garantia de reparação dos impactados, bem como de segurança aos impactados e de que seus direitos serão garantidos e efetivados.

### 3. Premissas

A Fundação Renova entende que o rompimento da barragem de Fundão, considerado o maior acidente socioambiental brasileiro e o maior do mundo em barragens de rejeitos pode - e deve - se tornar uma referência em restauração e reconstrução das condições de vida e da retomada do desenvolvimento local. Por esta razão, está desenvolvendo esforços no sentido de identificar todos os indivíduos, famílias e comunidades impactados, analisando os efeitos provocados

sobre os diversos segmentos populacionais e elaborando ações de reparação e compensação pautadas no compromisso de dignificar todos os grupos afetados, que se apoiam nas seguintes premissas:

- ☐ Abordagem Territorial
- ☐ Visão Integrada e Interdisciplinar
- ☐ Participação Social
- ☐ Sustentabilidade

A abordagem territorial é de extrema importância, pois as soluções devem ser pensada e implementadas de acordo com a dinâmica de cada localidade, dinâmica esta profundamente transformada pelos efeitos do rompimento da barragem, que provocou destruição ambiental e colapso nas atividades produtivas e meios de subsistência da população.

A visão integrada e interdisciplinar parte dos seguintes pressupostos: (i) Que se faz necessária uma leitura integrada do território, que considere as várias dimensões afetadas – social, econômica, urbanística, cultural, etc. - pelo rompimento da barragem, de maneira que se possa conceber reparações que provoquem efeitos também integrados; (ii) Que a concepção de ações integradas requer, por outro lado, uma abordagem na qual interajam saberes diversos, multidisciplinares e interdisciplinares.

No que tange a participação social, a Fundação Renova entende que é fundamental o envolvimento da sociedade, sobretudo da população atingida nas definições dos programas, no acompanhamento e monitoramento de ações e projetos a serem executados e dos recursos aplicados. Portanto, durante todas as etapas do processo de reparação, deve haver comunicação e consulta das partes envolvidas, além de constante monitoramento e análise crítica. Para que



isso ocorra, faz-se necessária uma agenda de discussões e planejamento estratégico participativo envolvendo as diversas partes interessadas, dentro dos temas que lhes são relevantes.

Por fim, a sustentabilidade é também um dos pilares da política de atendimento, uma vez que dignificar as condições de vida da população impactada implica necessariamente apresentar soluções que (re)equilibrem os contextos social, ambiental e econômico do território, de forma a que a recuperação ambiental caminhe junto com a reconstrução das condições sociais e econômicas dos indivíduos, grupos e famílias que sofreram os efeitos do rompimento da barragem.

## **4. Dos Impactos e Diretrizes**

Quanto aos impactos nas “novas áreas” e a linha geral de respostas, dois marcos devem ser considerados pela Fundação Renova para realização de seu propósito. O primeiro deles é a indicação formal pelo Comitê Interfederativo de novas áreas de impacto socioeconômico pelo rompimento da Barragem de Fundão; o segundo é a realização do cadastramento socioeconômico dos impactados, iniciado conforme indicado pela Deliberação CIF nº 93.

Dessa forma, para o ingresso dos programas nas novas áreas, a formalização do Comitê Interfederativo e o cadastramento dos impactados são consideradas condições suficientes, necessárias e obrigatórias para garantir aos impactados seus direitos, bem como à Fundação as condições para atuar orientada pela reparação dos danos causados identificados.

Os programas podem optar por ações complementares de ampliação e/ou qualificação da informação, mas estas cumprem tão somente o papel de melhor identificação de sua atuação, não constituindo em condicionante ou impeditivo ao avanço de suas ações.

O Plano de Atendimento Integrado para as novas áreas reúne os diversos programas que podem fazer frente aos impactos previamente identificados. Na medida em que estudos complementares forem desenvolvidos, tanto para avaliação de impactos socioeconômico quanto socioambientais, as ações poderão ser ampliadas e/ou reorientadas para atender novos danos e impactos identificados, promovendo prioritariamente sua reparação e eventual compensação.

Neste sentido a Fundação Renova em sua missão de mitigar, reparar e compensar impactos e danos decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão em Mariana orienta sua ação para as novas áreas a partir de uma compreensão integrada e integral da relação entre territórios e impactados. Portanto, os impactos devem ser abordados em seu contexto social, econômico, cultural e institucional para que além de atender os impactados com ações, seus direitos humanos sejam respeitados, garantidos e promovidos, bem como se possibilite o reestabelecimento de modos de vida e produção que superem as condições a diversas decorrentes de danos e impactos.

Esta visão enuncia que há uma sinergia e imbricação entre impactos ambientais e sociais, exigindo a compreensão destes em suas especificidades, mas fundamentalmente articuladamente, tendo em vista que não há ambiente sem ação humana, mesmo que para regular sua conservação, nem experiência social que não se dê em relação com os meios bióticos e físicos.

Desta forma a estratégia de atendimento da Fundação Renova tem por foco os territórios de relação social e ambiental dos impactados, tanto em sua dimensão administrativa, o município, quanto de suas relações mais imediatas, as comunidades. Bem como tem se por foco também os grupos sociais ou de interesses dos impactados, como a pesca, o extrativismo, o comércio dentre outros. Todos engendram formas específicas de relações sociais, bem como inserção e uso da natureza como recurso social, cultural ou econômico.

Não se perde de vista ainda que os impactados se inserem em relações diversas que os potencializam ou limitam os impactados nos seus acessos a direitos, bem como na capacidade de se refazerem individual e coletivamente após o evento do rompimento. Desta forma questões como organização social das comunidades, acesso a serviços públicos, nível de atividade econômica, bem de qualidade de vida destes territórios são aspectos importantes a orientar a ação dos programas da Fundação Renova, bem como essa como um todo.

**CARACTERIZAÇÃO DOS SEGMENTOS E GRUPOS DE INTERESSE** Além de permitir a identificação dos indivíduos e famílias impactadas, o Cadastro Integrado caracteriza a população que sofreu os efeitos do rompimento da barragem de acordo com os segmentos produtivos a que pertencem, assim como pelos grupos de interesse, classificação que destaca os aspectos comuns a um grupo, em função de sua atividade, seu perfil social e sua inserção no território. Esse procedimento facilita a definição das diretrizes de atendimento e das propostas concretas de ações reparatórias e/ou compensatórias, uma vez que ajuda a compreender, ao mesmo tempo, as tipologias e a extensão das perdas sofridas. Além disso, possibilita que sejam traçadas estratégias de abordagens adequadas, favorecendo o diálogo e as negociações relacionadas ao atendimento.

**ESPACIALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES NO TERRITÓRIO** A espacialização das informações é de fundamental importância para a definição de uma

abordagem territorial dos segmentos/grupos de interesse impactados. Ou seja: não é suficiente conhecer os diferentes grupos afetados e suas perdas; é necessária uma visão espacial da localização desses grupos, de acordo com as suas características e especificidades

## **Território e Impacto**

Quanto aos impactos as chamadas novas áreas guardam semelhanças mas possuem diferenças importantes em relação ao conjunto dos impactos que são observados ao longo de todo território impactados. A principal semelhança é o fato de que os dois impactos mais relatados tanto no quadro geral de impactos, quanto nas novas áreas são de fato perda e ou interrupção temporário ou permanente de atividade econômica de pesca, criação de peixes ou lavadeira, bem com afetação na ocupação, trabalho e ou renda da pessoa física. Todavia nas áreas delimitadas pela deliberação 58 o terceiro maior impacto foi de perda e ou interrupção temporária e ou permanentes de atividades econômicas de comércio e serviços, tomando o lugar daqueles relacionados ao cultivo.

A prevalência dos impactos na ocupação, trabalho e ou renda, mais de 86% dos relatos nas “novas áreas” e mais de 77% em todo universo cadastral, bem como sua relação causal com impactos na pesca, comércio e serviços apontam por um lado a necessidade de manutenção de ações como auxílio financeiro para mitigar perda de renda e garantir a segurança alimentar, bem como o incremento de ações para reativação do comércio e serviços, já que estas áreas este impacto é mais expressivo e constituindo variável importante a explicar parte da perda de renda.

O impacto na ocupação, trabalho e renda, deve ser lido como variável secundária e não como explicativa, pois este dano decorre de outros como aqueles causados a pesca, bem como comércio e serviço, neste sentido o crescimento da prevalência deste último impacto nas “novas áreas” torna-se ainda mais importante. Abaixo apresentamos o tabela 1 no qual se aborda os dois principais impactos independentes e o de renda como dependente.

	<b>Pesca</b>	<b>Comércio</b>	<b>Renda</b>
Linhares	68,7	12,9	87,6
Aracruz	77,3	10	82,3
São Mateus	92	6	93,4
Conceição da Barra - Serra - Fundão	90%	0	90%
Total - Novas Áreas	<b>74,9</b>	<b>10,9</b>	<b>86,1</b>
Universo do Cadastro	<b>73,4</b>	<b>4,7</b>	<b>77,7</b>

Como se pode observar há uma manutenção da tendência observação quanto a pesca no universo geral de cadastro nas “novas áreas” todavia há um incremento tanto nos relatos de impacto do comércio e serviço, quanto da variável de impacto dependente “renda”.

Tendo em vista os que os impactos decorrentes de perda de renda podem expor indivíduos e famílias a quadros diversos de vulnerabilidade, bem como ampliação de riscos, os programas de auxílio financeiro e proteção social são junto com cadastramento e diálogo social os carros chefes da entrada dos programas nas novas áreas. Na tabela 2 apresentamos os dados de atendimento dos impactados pelo programa de auxílio financeiro.

<b>Municípios</b>	<b>Número de Cartões (Atendimentos)</b>		<b>Avanço</b>
	dez/17	jan/18	%
Linhares	1.722	1.851	+ 7,5
São Mateus	141	395	+ 180
Aracruz	431	476	+ 10,4
Serra	1	2	+ 100
<b>Total</b>	<b>2295</b>	<b>2.724</b>	

Como fica demonstrado na tabela 2 os municípios em que estão inseridos as “novas áreas” já eram atendidos por ações da Fundação Renova, o que mostra os dados do auxílio financeiro e o que há de mais importante, houve um avanço de dezembro de 2017 para janeiro de 2018, fruto do mutirão que tem sido realizado neste período, com destaque para as novas áreas. São Mateus o município que concentra o maior número de impactados incluídos a partir da deliberação 58, percebeu em um mês um incremento de 180% no número de cartões o que em números absolutos corresponde a 254 cartões, ou seja, 254 novos núcleos familiares atendidos com auxílio financeiro.

## 5. Plano de Atendimento Integrado

Para fins de deixar clara a ação da Fundação Renova para as novas áreas, estrutura-se a apresentação do Plano de Atendimento Integrado na forma de uma matriz de ações com informações sobre os programas identificados para atuarem na área, bem como seus escopo, próximos passos e cronograma previsto. Abaixo apresenta-se as fichas técnicas de ação dos programas para as

“novas áreas” como parte a estratégia geral de atendimento da Fundação Renova.

---

### **Programa de Auxílio Financeiro Emergencial aos Impactados**

---

#### **Objetivo:**

Fornecer auxílio financeiro emergencial à população impactada que tenha tido comprometimento de sua renda em razão de interrupção comprovada de suas atividades produtivas ou econômicas em decorrência do rompimento da barragem de Fundão.

#### **Próximos Passos:**

- I - Continuar avaliação da elegibilidade ao Auxílio Financeiro Emergencial e danos declarados no cadastro integrado;
- II - Priorizar atendimentos do público mais vulnerável;
- III - Continuar o fornecimento do AFE com pagamento retroativo a novembro de 2015 aos elegíveis.

#### **Cronograma: Em anexo.**

---

---

### **Programa de Proteção Social**

---

#### **Objetivo:**

Acionar os poderes públicos locais para levantamento, mapeamento de demandas e alinhamento de ações integradas para reparação das vulnerabilidades agravadas e ou instaladas após o rompimento da barragem de Fundão.

#### **Próximos Passos:**

- I – Devolutiva dos municípios à gestão estadual dos mapas de vulnerabilidade e matrizes de execução revisados. Dez/2017.
- II – Devolutiva dos municípios para a SETADES/ES do levantamento da demanda e Mapas revisados. Dez/2017.
- III – Elaboração do Plano de Ação de Reparação de cada município. Jan/2018.
- IV- Alinhamento entre gestão estadual e Fundação Renova quanto as ações e estratégias de implementação nos municípios. Fev/2018.
- V – Realização de Oficinas para apresentação dos Planos de Ação aos Municípios de Minas Gerais seguindo cronograma acordado com a Secretaria de Estado e início da execução dos planos. Mar/2018

---

## **Programa de Proteção Social**

---

**Cronograma: Em anexo.**

---

---

## **Programa de Apoio à Saúde Física e Mental da População Impactada**

---

### **Objetivo:**

Incluir as novas áreas nos estudos epidemiológico e toxicológico a serem desenvolvidos.

### **Próximos Passos:**

- I – Levantar o perfil de serviços de saúde disponíveis nos municípios, bem como dos dados de morbi-mortalidade dos município através do DataSUS.
- II - Atender as manifestações pelos canais de relacionamento da Fundação Renova sobre saúde;
- III – Identificar o perfil epidemiológico nesta área com base nos dados dos estudos e relacionar às manifestações.

**Cronograma: Em anexo.**

---

---

## **Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer**

---

### **Objetivo:**

Fomentar ações conjuntas com comunidades e poder público para o fortalecimento das políticas públicas de gestão da Cultura, Turismo, Lazer e Esporte com apoio técnico e estruturas para um melhor desenvolvimento dessas atividades nas regiões impactadas.

### **Próximos Passos:**

- I - Contratação da empresa responsável pela elaboração dos diagnósticos das novas áreas (em processo de abertura de RC);
  - II - Realização do diagnósticos e avaliação do impacto do Turismo, Cultura, Esporte e Lazer das novas áreas(São Mateus, Serra, Aracruz e Linhares);
  - III - Inserção das localidades no fluxo dos projetos do programa;
  - IV – Validação junto à CT do TR dos planos participativos (pronto aguardando posicionamento da CT);
-



---

**Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer**

---

V – Contratação das empresas que irão elaborar os planos.

**Cronograma: Em anexo.**

---

---

**Programa de Conservação da Biodiversidade Aquática**

---

**Objetivo:**

Avaliar e monitorar os impactos do rejeito sobre as comunidades biológicas nas áreas estuarinas, costeira e marinha impactadas..

**Próximos Passos:**

- I - Avaliação pelo Conselho Curador da contratação pretendida;
- II - Contratação da FEST para realização do estudo de impactos;
- III - Início do estudo;
- IV - Entregas trimestrais;
- V - Workshop com os poderes públicos;
- VI - Desenvolver estratégia de comunicação externa.

**Cronograma: Em anexo.**

---

---

**Programa de Conservação da Biodiversidade Aquática**

---

**Objetivo:**

Realizar estudos de impactos ambientais na Reserva Biológica de Comboios, no Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz, no Parque Natural Municipal Victor David Farina e na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim.

**Cronograma: Em anexo.**

---

---

**Programa de Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras**

---

**Objetivo:**

Viabilizar o retorno da atividade pesqueira ao longo da área de abrangência, pelo manejo sustentável dos recursos, possibilitando a

---

### **Programa de Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras**

---

realocação dos pescadores que desejem migrar de atividade econômica ou produtiva (Cláusulas 116 a 123 conforme anexo I).

#### **Próximos Passos:**

- I – Análise dos dados cadastrais;
- II – Delimitação dos públicos conforme o tipo de impacto e atividade produtiva;
- III – Atividades de campo de reconhecimento das comunidades impactadas e suas características;
- IV – Diálogo com a comunidade para construção de estratégias;
- V – Construção do plano de ação por seguimento e grupos afetados;
- VI – Execução do Plano de Atuação.

**Cronograma: Em anexo.**

---

---

### **Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável**

---

#### **Objetivo:**

Realização de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) às famílias.

#### **Próximos Passos:**

- I - Mapeamento de produtores rurais atingidos que residentes;
- II - Diagnóstico e planejamento de retomada das atividades agropecuárias;
- III - Apoio na elaboração do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e Plano de Regularização Ambiental (PRA)
- IV - Acompanhamento das famílias por 2 anos com ações de capacitação e assistência técnica direta (48 hrs/família/ano)
- V- Reavaliação do índice de sustentabilidade e emissão de relatório final de atendimento.

**Cronograma: Em anexo.**

---

---

### **Programa de Ressarcimento e de Indenização dos Impactados**

---

#### **Objetivo:**

---

---

**Programa de Ressarcimento e de Indenização dos Impactados**

---

Indenizar lucro cessante (quando houver), danos materiais e danos morais.

**Próximos Passos:**

- I - Apresentar política de precificação para lucros cessantes para a comunidade;
- II - Iniciar atendimento nos escritórios do PIM;
- III - Pagar indenizações de lucro cessante no período de nov/2015 a dez/2017, danos materiais e danos morais.

**Cronograma: Em anexo.**

---

---

**Programa de Recuperação de Micro e Pequenos Negócios no Setor de Comércio, Serviços e Produtivo**

---

**Objetivo:**

Fornecer assessoria técnica e investimentos em insumos e estrutura para negócios impactados identificados pelo Cadastro Socioeconômico.

**Próximos Passos:**

- I - Estruturação (desenho e detalhamento) da proposta de Assessoria Técnica;
- II - Articulação de parcerias para execução;
- III - Aprovações e início de operacionalização.

**Cronograma: Em anexo.**

---

---

**Programa de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social**

---

**Objetivo:**

Estabelecer relacionamento da Fundação Renova juntos aos territórios e levantar informações para entrada dos programas nos territórios.

**Próximos Passos:**

- I - Análise de cenário;
- II - Mapeamento das partes interessadas;
- III - Construir com a Fundação a entrada dos programas nos

---

**Programa de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social**

---

territórios;

IV - Promover ações de participação social nas comunidades para entrada e estabelecimento dos programas nos territórios.

---

**Cronograma: Em anexo.**

---

---

**Programa de Educação Ambiental e Preparação Para as Emergências Ambientais**

---

**Objetivo:**

Fortalecer políticas públicas e instituições locais promovendo o engajamento com programas para públicos específicos para ampliação de capacidades de desenvolvimento de ações de recuperação sustentáveis.

**Próximos Passos:**

- I – Apresentar o programa para câmara técnica de educação, cultura, esporte cultura e lazer;
- II – Validação dos programas com as partes interessadas;
- III – Comitê Interfederativo;
- IV – Desenvolvimento da estratégia
- IV – Execução Abr/2018.

---

**Cronograma: Em anexo.**

---

## 6. Cronograma

O cronograma da figura 1 apresenta a dinâmica e tempo de entrada dos diversos programas no território delimitado com a Deliberação CIF nº 58. Importante ressaltar que esse cronograma é passível de alterações a partir do avanço dos programas na definição de seus processos e projetos.

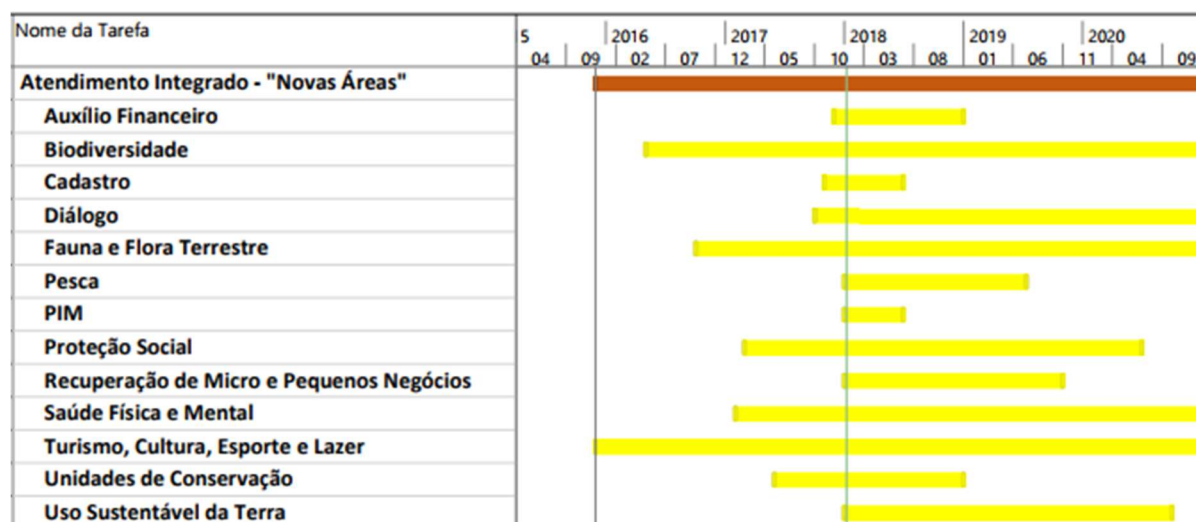


Figura 1. Cronograma de atendimento às novas áreas

**Nota:** Essa versão do cronograma considera um planejamento até 2020. Enviaremos um planejamento mais extenso nas próximas revisões.

A entrada dos programas no território obedeceu às premissas de urgência de atendimento para os programas responsáveis por ações de caráter assistencial (Programa de Auxílio Financeiro Emergencial aos Impactados e Programa de Proteção Social) e relacionamento (Programa de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social). Quanto aos programas estruturantes (Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, Programa de Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras, Programa de Retomada das Atividades Agropecuárias, Programa de Ressarcimento e de Indenização dos Impactados, Programa de Recuperação de Micro e Pequenos Negócios no Setor de Comércio, Serviços e Produtivo e Programa de Educação Ambiental e Preparação Para as Emergências Ambientais) a premissa foi de maturidade de definição dos programas. Os Programas de Conservação da Biodiversidade Aquática e o Programa Apoio à Saúde Física e Mental da População Impactada diferem destas linhas gerais, porque o primeiro é insumo para os trabalhos dos demais e o

segundo, mesmo tendo um caráter assistencial e de proteção, depende de definições em diálogo na Câmara Técnica de Saúde.

Os cronogramas detalhados por programas seguem em anexo a este documento.

## **7. Conformidade**

As ações apresentadas no presente Plano de Atendimento estão em conformidade com as Deliberações do Comitê Interfederativo na medida em que refletem o avanço das diversas ações da Fundação Renova para a segurar os direitos dos impactados das “Novas Áreas”.

Os esforços passaram pela realização do cadastramento conforme deliberações do CIF, pela devolutiva aos impactos dos dados coletados e quanto à elegibilidade ao Programa de Cadastro e ao Programa de Auxílio Financeiro Emergencial. Destaca-se ainda a entrega de cartões para pagamento de auxílio em dezembro de 2017 e janeiro de 2018 e, por fim, as ações de articulação do Programa de Proteção Social, além da estruturação das ações dos demais programas que entram nos territórios ao longo do primeiro e segundo semestre de 2018.

Detalhes quanto aos apontamentos das Deliberações CIF nº 58, 93, 111 e 118 estão disponibilizados no Ofício SEQ 5028-05/2017/GJU de 13 de dezembro de 2017, do qual este documento é anexo.